



efachetti@redgazeta.com.br Tel: 3321-8319

# PRAÇA OITO

**Eduardo Fachetti**


## Quem ganha com o caso Rodosol?

Quem pode tirar mais proveito do relatório técnico inicial da auditoria do contrato da Rodosol com o governo do Estado: o governador Renato Casagrande (PSB) ou o ex-governador Paulo Hartung (PMDB)? No mercado político não houve outra pergunta que fosse mais repetida nos últimos dias. À primeira vista, não há uma única resposta, mas ao lado dos dois pré-candidatos ao Palácio Anchieta os argumentos começam a ser formulados. Inevitavelmente, o tema pautará um embate entre ambos quando chegar a hora.

Depois de enfrentar manifestações populares violentas em 2013 e chegar a dizer que uma ruptura de contrato com a Rodosol poderia ocasionar uma multa de mais de meio milhão de reais para o governo, Casagrande pode vir a usar os argumentos elencados pela área técnica do Tribunal de Contas para romper o contrato com a concessionária, e assim sagrar-se o “governador que pôs fim ao pedágio da Terceira Ponte”.

Entre aliados do socialista, vigora a ideia de que o governo “teve sensibilidade” para tratar do tema e que só nesta gestão a insatisfação popular com o pedágio foi levada a sério. “Este é um assunto que ficou 13 anos sem debate, sem providência nenhuma. A auditoria, quando concluída, será esclarecedora”, aposta uma liderança governista.

Ocorre que o tema não se esgota neste relatório inicial. O que o TCES apresentou, na última quarta-feira, foi

apenas um primeiro parecer técnico, onde não há contestação das partes nem opinião dos conselheiros – estes, sim, serão os últimos julgadores do caso, provavelmente no ano que vem.

Por isso, entre aliados de Hartung, fala-se que a manutenção (ou ruptura) do contrato vem sendo tratada com “um populismo sem fim” pelos interlocutores palacianos. Hartunguistas apostam que o assunto vai, no fim das contas, parar nas mãos da Justiça – “e algum dia essa conta vai voltar para o Estado pagar”.

Alguns fatos, no entanto, não podem ser desconsiderados. Primeiro: no governo Hartung, o vínculo com a Rodosol foi auditado quatro vezes. O TCES sustenta que, em nenhuma delas, a investigação foi tão abrangente. Mas ninguém nunca contestou os relatórios nem denunciou falhas nos procedimentos.

Em segundo lugar, é bom que se lembre que a concessão foi assinada no governo Vitor Buaiz (PV), onde Casagrande era o vice-governador. “Vice não apita, não tem voz”, dizem defensores do governador, mas se a campanha descambar para as “culpas” de cada um, o socialista será lembrado como sócio da origem do processo – à qual o TCES classifica como errônea.

Ao longo dos oito anos em que

—  
Enquanto aliados de Hartung chamam o relatório da auditoria de “populista”, simpatizantes de Casagrande apostam em solução “corajosa”

esteve à frente do Palácio Anchieta, Hartung enfrentou disputas judiciais com a Rodosol, determinou o congelamento das tarifas, mas em contrapartida encampou obras que, inicialmente, deveriam ficar por conta da concessionária. Casagrande herdou o contrato, não o contestou em nenhum momento, e a reboque das manifestações do ano passado, pego no susto pela onda de violência, posicionou-se contrariamente ao pedágio.

Resumo da ópera: tanto Casagrande quanto Hartung têm alguma munição, um contra o outro, se quiserem explorar o tema eleitoralmente. O primeiro pode valer-se da ideia de que quer acabar com um mal perpetuado pelo segundo; este pode usar argumentos jurídicos para acusar o sucessor (e agora rival) de irresponsabilidade. Na dúvida do que está por vir – e por terem, ambos, telhado frágil –, pode ser que ninguém escape ileso.

